

1° ELUNEAL – Encontro das Licenciaturas da Universidade Estadual de Alagoas – PIBID e RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

**ESCOLAS PARCEIRAS DO PIBID E ATUAÇÃO DOS CONSELHOS FRENTE AO CENÁRIO DEMOCRÁTICO DAS ESCOLAS**

Sulamita Camila FEITOSA1

Juciara Inácio dos SANTOS2

Maria José de Brito ARAÚJO3

1Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Uneal; 2Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Uneal; 3Professora/ Orientadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Uneal.

 E-MAIL: sulamita.scf@outlook.com E-MAIL: juciarainacio@43gmail.com

**RESUMO**:O presente artigo procura demostrar o papel do Conselho Escolar nas escolas parceiras do Pibid - Claudecy Bispo, Jayme de Altavila e Mário César Fontes. Este se constitui em um espaço no qual há participação de todos os segmentos escolares para a democratização da educação destas escolas, através deste as escolas podem planejar e definir ações para melhoria do ensino. Dessa maneira, tem como objetivo analisar como vem sendo desfrutado o direito da sociedade de participar dos Conselhos Escolares, assim como ocorre à interação entre o corpo gestor das escolas e a sociedade. Nesse sentido, a metodologia utilizada centra -se na pesquisa bibliográfica sobre o tema proposto, e também foi realizada uma pesquisa qualitativa para averiguar o desenvolvimento do Conselho Escolar nessas três escolas, cujo instrumento foi um questionário. O método empregado parte de perspectiva crítica dialética. Verificou -se, ainda que, o Conselho Escolar nas escolas parceiras do Pibid tem trabalhado para a melhoria e prosperidade do ensino, porém ainda será preciso novos avanços e mais compromisso para a efetivação do seu papel.

**Palavras-chave:** Conselho Escolar. Escolas. Pibid

**ABSTRAT**: This article aims to demonstrate the role of the School Council in Pibid partner schools - Claudecy Bishop, Jayme de Altavila and Mário César Fontes. This is a space in which there is participation of all school segments for the democratization of education in these schools, through which schools can plan and define actions to improve teaching. Thus, it aims to analyze how the right of society to participate in the School Councils has been enjoyed, as well as to the interaction between the governing body of schools and society. In this sense, the methodology used focuses on bibliographic research on the proposed subject, and a qualitative research was also conducted to verify the development of the School Board in these three schools, whose instrument was a questionnaire. The method employed starts from a dialectical critical perspective. It has also been found that the School Board in Pibid's partner schools has been working to improve and prosperity in education, but further progress and commitment will still be needed to fulfill its role.

**Keywords**: School Board. Schools. Pibid

**INTRODUÇÃO**

O presente artigo parte de inquietações postas aos pibidianos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) - Campus l. Ao elaborar artigos para o seminário do PIBID do corrente ano, foram abordados alguns temas para estudo e contribuição na elaboração dos trabalhos. Entre os temas apresentados discutimos a atuação dos Conselhos Frente ao Cenário Democrático das Escolas. Durante a construção deste artigo foram adotadas algumas etapas cruciais que valem ser destacadas.

Assim sendo, viemos refletir sobre um componente fundamental para que se obtenham resultados positivo nas escolas, o C. E, sendo fruto de muitas mobilizações em torno de garantias de direitos, ele é crucial na ambiência escolar, pois todos que compõem a vizinhança têm a liberdade de participar dos assuntos decorrentes ao melhor aprendizado de seus educandos. Ao participar das reuniões para a efetivação da gestão democrática via C.E as pessoas estão exercendo sua cidadania, porque está versa sobre a plena fruição de direitos. Ademais, vale destacar que da importância dos gestores em socializar os ganhos para a educação que o Conselho Escolar pode trazer. Como este ainda é recente na sociedade muitas pessoas, ou seja, pais e demais familiares desconhecem desse meio que vem sendo utilizado após a CF de 1988 para a efetivação dos direitos dos alunos na comunidade.

Frente ao exposto, entendemos que desenvolvimento do educando, este terá futuramente posturas críticas ou do senso comum. Dessa forma a participação da comunidade local nas reuniões do conselho escolar é crucial para que desde cedo se tenha alunos com maior proveito educacional por conta de uma maior efetivação dos recursos destinados a educação, pois quando há um pífio investimento escolar às consequências postas aos educandos refletirá no futuro.

Ademais, o objetivo deste trabalho é averiguar como está ocorrendo o direto da participação da sociedade no Conselho Escolar, assim como analisar à interação entre o corpo gestor das Escolas parceiras do Pibid e toda a comunidade escolar, como professores e pais, para que dessa forma entendermos em qual contexto se encontram as escolas, se fato há participação de todos e ainda compreendermos o papel de um Conselho.

**A EDUCAÇÃO ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Nem sempre houve participação da sociedade no ambiente escolar e muito menos nas reuniões do conselho escolar. Assim sendo, antes da Constituição Federal de 1988 era nulo o envolvimento da coletividade no conselho escolar, ou seja, as pessoas não podiam participar das questões relacionadas à política pública educacional, nos problemas decorrentes ao não aprendizado dos alunos, assim como das novas propostas para serem implantadas para o setor educacional. Os planejamentos e os problemas que envolviam a educação eram debatidos de forma verticalizada, ou seja, não escutavam o que os familiares dos alunos tinham a dizer quanto à percepção dos educandos. Durante algum tempo muitos professores não podiam compartilhar dos anseios das escolas, outros participavam, mas de forma autoritária.

Segundo Gomes, 2013, p.6:

O Brasil possui raízes autoritárias profundas advindas da ditadura e do regime militar. Este, por sua forma política, instaurou também na área educacional comandos autoritários que se baseavam mais no direito da força do que na força do direito e onde o temor, a obediência e o dever ultrapassavam o respeito, o diálogo e o direito.

Sabe-se que quando existe um maior entrosamento entre os profissionais que compõem determinada escola e os familiares dos educandos há como resposta um saldo positivo para educação, pois as escolas não são feitas apenas por professores, coordenadores, diretor, entre outros funcionários e alunos, mas sim por toda a coletividade. Quando se fala em sociedade, fala-se não só por pais e demais pessoas que moram aos arredores da comunidade escolar, mas também do poder público local que reflete no posicionamento a favor de uma educação de qualidade.

Antes da Constituição Federal de 1988 o país viveu fortes pressões de um governo ditatorial, o qual durou por 21 anos, durante esse período os governos não investiam na educação. Professores e alunos eram coagidos, muitos eram torturados. Não havia alimentação de qualidade, os mestres que lecionavam eram mal remunerados e não podiam sair às ruas para reivindicar seus direitos, pois eram torturados e muitas vezes eram postos para o exílio. Durante essa época muitos professores desapareceram e nunca mais retornaram.

Segundo Gomes, 2013, p.6:

O movimento para derrubar o regime militar contou com a participação da população, inclusive dos professores, tendo sido capaz de vencer a ordem autoritária e criar um novo ordenamento jurídico em bases democráticas que se impôs em todas as áreas, inclusive na área educacional.

Ter oportunidade de estudar de maneira saudável e positiva quanto ao conhecimento crítico era impossível durante o regime militar, a maioria das crianças eram filhos de pais pobres que viviam em situação de miséria sem ter respaldo da justiça, pois esta era demandada pelos governos autocráticos. Muitas foram às movimentações em busca da redemocratização do país. Nessas lutas em defesa da democracia e de direitos sociais não viabilizados milhões de pessoas foram mortas, mas no final da década de 80 foi declarada a redemocratização do país e em 1988 a classe trabalhadora, juntamente com sindicatos de profissionais da educação, entre outros, conseguiram a carta magna e com ela foram garantidos direitos.

Segundo Lima, 2019, p.2:

É nesse contexto que surge o Conselho Escolar como uma das diretrizes das políticas de descentralização da educação que marcam as décadas de 80 e 90 do século XX, em que como a sociedade civil passar a resolver e/ou assumir parte dos problemas da educação brasileira, tais como: a falta de recursos humanos, materiais e financeiros, a violência escolar, depredação, resultado do sucateamento das escolas, com estruturas físicas deficitárias e precarização do trabalho docente.

Dentro da Constituição Federal de 1988 conquistada por todos trabalhadores que lutavam por melhores condições de vida estão os professores que deram muito em prol de uma sociedade mais justa e igualitária através da educação. Foram conquistados muitos direitos com a CF de 1988 e entre estes estar o de participar das reuniões dos conselhos escolares. Ainda que de forma facultativa, pode-se dizer que foi uma grande conquista para a educação.

 Segundo Ramos, 2014, p.14:

Ao mesmo tempo, os conselhos se materializam quando implantados e atuantes como instâncias participativas que são também potencialmente espaços de empoderamento da comunidade escolar e local passando a ter função primordial na gestão escolar. Espaço esse que também se constitui por disputas, contradições e conflitos.

Dessa forma, a partir do momento que as escolas vão implantando a gestão democrática, a educação passa a ganhar melhorias significativas, pois as pessoas que participam das reuniões do C. E podem expor suas propostas que confluem para resultados mais satisfatórios. Essa articulação da equipe gestores com a comunidade escolar só fazem crescer os avanços concernentes ao ensino aprendizado dos educandos. Vale destacar também que a C. E comporta um espaço onde a coletividade pode potencializar suas competências que estavam guardadas, ou seja, este ambiente proporciona meios que venham despertar na coletividade o espírito do empoderamento. Destarte, quando as pessoas passam a ter consciência crítica que a fazem ter posicionamento coletivo, elas participam e sabem que são partícipes da construção de alternativas que melhoram a educação.

**PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO CONSELHO ESCOLAR**

Quando há uma participação em algo que é público se tem um maior proveito para todos aqueles que desfrutam do que é público. A sociedade participando das reuniões que tem no ambiente escolar, ao interagir com os pais e toda a comunidade pode expor às dificuldades postas para o aprendizado das crianças e o que pode melhorar o ensino através destas iniciativas. Assim sendo, as pessoas, através do conselho escolar local podem acompanhar como está sendo postos os recursos destinados à educação, se os gestores estão aplicando na educação ou destinando para outros setores da escola que não o indicado, ou mesmo desviando para outras políticas públicas.

A eleição para o conselho escolar acontece de modo bimestral ou no final do ano letivo, sendo muito importante para efetivar a gestão democrática da escola e assim promover a participação de várias pessoas na tomada de decisões, sendo também um meio de proporcionar uma maior aproximação da família e a escola. O conselho escolar é composto por professores, coordenador, orientador pedagógico, pais de alunos e alunos. Esses segmentos são envolvidos para busca de uma educação melhor, onde todos possam contribuir, expor opiniões e sugestões, discutir soluções para assim definir de modo coletivo o rumo da educação para uma determinada escola.

Segundo Alves, 2005, p.26:

O Conselho de Escola – concebido como um espaço que proporciona as livres manifestações de ideias e a geração de novas propostas vinculadas às demandas sociais – poderá ser um elemento facilitador na vivência da democracia na gestão escolar. Nesse sentido, é um dos principais instrumentos de democratização da escola, devendo ser visto não como mais um órgão escolar, mas como um modo de conceber e praticar a educação.

Cabe ao Conselho cinco atribuições: deliberativa, consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e pedagógica. Essas atribuições dizem respeito sobre a condição reais das escolas, da organização e das competências proporcionando mais transparência dentro da comunidade escolar e sempre buscando atingir uma maior qualidade do ensino. Para Luiz e Conti:

A atribuição do conselho é deliberar, nos casos de sua competência, e “aconselhar” a equipe de direção de escola a respeito das suas ações, para que encontre meios adequados às finalidades da escola. O conselho de escola se situa no espaço da defesa dos interesses coletivos, enquanto reúne diferentes segmentos (diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade) para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola. Suas atribuições dependem das diretrizes do sistema de ensino e das definições da comunidade usuária (pais ou responsáveis pelos alunos e alunos maiores de 16 anos) e equipe escolar (conjunto de servidores docentes e pessoal de apoio técnico e educacional). (Luiz; Conti, 2007, p.4)

Formados por pais, alunos, professores, e os participantes do conselho escolar podem se unirem e lutarem para que o trabalho dentro da escola possa ser efetivado de modo plausível. Dessa maneira, as pessoas que fazem parte do conselho escolar e atuam de forma propositiva estarão exercendo a cidadania e lutando para que os alunos tenham um futuro que o levem a caminhos da dignidade e respeito quanto ao que é público.

**CONSELHO ESCOLAR: ESCOLAS PARCEIRAS DO PIBID**

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência (Pibid), tem objetivo fortalecer o vínculo entre alunos graduandos em licenciaturas com escolas de rede pública de ensino, para prepará-los para à docência, proporcionando assim novas experiências. Através do Pibid, os alunos passam a ter conhecimento sobre as questões que envolvem toda a comunidade escolar, como por exemplo, o currículo, ações pedagógicas e até mesmo em questões administrativas, como o Conselho escolar. As três escolas parceiras do Pibid, mencionadas no decorrer desde trabalho, possuem conselho escolar, logo os pibidianos inseridos nessas escolas têm a oportunidade de conhecer como acontece de forma prática um conselho escolar.

 A criação de um conselho dentro de uma comunicada escolar constitui-se como uma ferramenta de transformação a qual buscam desenvolver ações, projetos e estratégias que visem a melhoria da qualidade do ensino e fortalecer a democratização da escola, oportunizando espaços e meios eficazes para tal desenvolvimento, pois há está necessidade. Desse modo, é imprescindível analisarmos como funciona o Conselho Escolar nas três escolas do Pibid.

**APLICABILIDADE DA PESQUISA: ATUAÇÃO DOS CONSELHOS NAS ESCOLAS PESQUISADA**

Para a realização deste trabalho, foi desenvolvido uma pesquisa qualitativa através de um questionário aplicado para os professores supervisores do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência( Pibid) das Escolas, Claudecy Bispo, Jayme de Altavila, Mário César Fontes, todas localizadas na cidade de Arapiraca-Al. Tais questionamentos tiveram como objetivo averiguar como está sendo realizado o conselho escolar nessas três escolas, de que maneira ele vem sendo planejado e desenvolvido. Optamos por aplicar o mesmo questionário para os três professores para assim poder ser estabelecido uma comparação entre as escolas.

**DIÁLOGO ENTRE OS SUPERVISORES DAS ESCOLAS PESQUISADAS**

Objetivando a sistematização de um dialogo entre as escolas parceiras, tendo como sujeito os supervisores vinculados ao subprojeto, Ludicidade: um viés metodológico para a contribuição da prática docente-interlocução entre universidade e escolas básicas, aqui fazemos um relato de forma breve em relação a atuação do Conselho Escolar. A primeira questão versa sobre a inquietação em relação a forma como ocorre a eleição nas escolas. Vale ressaltar que os supervisores são mencionados nesse trabalho com as iniciais dos nomes de cada um e também as escolas.

Outrossim, temos a primeira escola – (C B), cujo o professor supervisor (I) que nos respondeu: a eleição do Conselho Escolar de forma democrática geralmente é aberta para qualquer um que queira participar, é feito votação por aclamação dos candidatos por segmentos. Já a segunda escola – (J A) o supervisor representado por (D), bem como a escola – (M C), supervisor (I) nos deu essa resposta com um sim, sem, contudo, acrescentar comentários.

Na sequência, a segunda questão trata do envolvimento dos pais nas reuniões, tanto os professores das a escola (C B), como (M C) responderam que há uma representação dos pais nas reuniões, porém isto é algo que não acontece na escola (J A) de acordo com o supervisor (D). Ao questionar os três supervisores sobre se o Conselho tem provocado mudanças nas escolas todos responderam que sim, sendo citado como exemplo pelo supervisor (D) a reforma da Escola (J A).

 Ademais, outra questão abordada foi se existe algum entrave para haver um maior envolvimento entre pais e gestores nas reuniões do Conselho, no qual todos responderam que não. E por último perguntamos para cada um dos supervisores a importância do Conselho Escolar, desse modo tivemos como resposta do supervisor (I), que é relevante no sentido de que há transparência no dinheiro que chega na escola, aonde é empregado e outras coisas que se fazem serem discutidas. Já o supervisor (D), nos disse que é importante para ampliar novos horizontes, aprendizagem, a qualidade de vida, para resolver os problemas pertinentes aos alunos. Segundo o supervisor (I), o Conselho é imensurável, pois com a parceria entre Conselho e gestão todos só tem a ganhar em todos os aspectos.

**BREVES COMENTARIOS SOBRE A PESQUISA REALIZADA NAS ESCOLAS**

 De acordo com as respostas da Escola Claudecy Bispo dos Santos, o conselho escolar está sendo efetivado de forma propositiva para todos que compõem a comunidade escolar. Ademais, tem se dado democraticamente conhecimento dos recursos recebidos para escola a todos que solicitarem, oferecendo, dessa forma uma gestão democrática daquilo que é público e pertence a toda a sociedade. Dessa maneira, pode-se inferir que os pais dos alunos, assim como os gestores e demais trabalhadores que fazem parte daquele ambiente escolar, assim como os demais trabalhadores, que compõem o conselho escolar local têm trabalhado de forma que possa garantir de forma positiva o direito do aluno, da melhor forma possível, o direito a estudar. Vale reafirmar que esse processo vem adquirindo forma a partir da CF de 1988 e, que embora a CF preconize o conselho escolar apenas de forma facultativa, a agregação escolar da Escola Claudecy Bispo vem executando com 100% de garantia de elevação nos aspectos do ensino aprendizagem dos alunos.

Na Escola Jayme foi possível inferir a partir das respostas que ainda há pouca atuação do Conselho Escolar, assim como a orientação de forma compreensiva aos pais quanto a importância do conselho dentro da escola. Entretanto, de acordo com a pesquisa realizada nesta escola, foi possível visualizar o andamento da construção de um conselho local mais eficaz. Exemplo do desempenho positivo do conselho local é a reforma da escola que partiu das reuniões e reivindicações postas no conselho. Ainda que não seja de conhecimento total da família dos educandos, o conselho escolar tem dados passos largos para uma gestão amplamente democrática e partindo desse pressuposto pode-se inferir que tão logo se terá uma gestão democrática consolidadas.

As repostas da pesquisa realizada na Escola Mário César confluem nos mesmos aspectos das da Escola Claudecy Bispo dos Santos. Diferenciando apenas no aspecto que o dispêndio alocado para a escola Mário César é pouco, com isso dificulta um maior engajamento da sociedade civil no conselho local. Entretanto, há um saldo positivo na participação da comunidade que compõe o ambiente escolar. Dessa forma, construindo um aspecto positivo no ganho para a educação de cada aluno. Assim sendo, alcançando uma gestão democrática quanto aos recursos referentes aos setores educacionais dessa escola. Com isso, só tem a ganhar os alunos que desde cedo estão com seus direitos, mas especificamente aos estudos, garantidos. Partindo do pressuposto de que a partir do estímulo aos estudos se terá futuramente cidadãos qualificados e livres da alienação, assim como pessoas empoderadas, exercendo sua cidadania de forma construtiva.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo o exposto no decorrer do artigo, entendemos que a atuação dos conselhos escolares como forma de participação democrática nas escolas municipais, em especial nas que foram alvo para embasamento do trabalho, tem abrangido todos os setores escolares de forma propositiva.

 Destarte, sabe-se que a participação nas reuniões do conselho escolar local é recente. Vimos que a CF de 1988 não o promulga como um dever, mas é elencado para que seja executado de forma facultativa. Vale salientar que têm muitas escolas que ainda não aderiram à gestão democrática, porém nas três escolas parceiras do Pibid, as Pibianas puderam observar que mesmo ainda sendo uma atuação incipiente, a atuação dos conselhos escolas em ambas escolas têm apresentados passos largos na efetivação da gestão democrática. Portanto, é preciso que cada gestor escolar possa desenvolver o espírito gestor democrático, para que assim, possa ter uma maior efetivação de modo positivo nas questões que envolvem a concretização do direito aos estudos dos alunos.

 Sabemos que a Constituição Federal de 1988 preconizou muitos direitos, entre eles, estar o direito a educação e mesmo que a gestão democrática seja, ainda, facultativa, é alusivo à expansão dos direitos através dela. Ademais, vale destacar que a luta por uma educação mais plausível se faz todos os dias. Se hoje se tem uma gestão democrática facultativa, mais a frente se pode ter como um direito de toda comunidade de participar das reuniões dos conselhos e um dever dos gestores de socializar esses direitos.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGÁFICAS**

ALVES, João Batista Pereira. A **TRAJETÓRIA, POSSIBILIDADES E LIMITES DOS**

**CONSELHOS DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE VITÓRIA-ES**. 2005. 157 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.Disponívelem:www.uff.br/pos\_educacao/joomla/images/stories/Teses/joaoalves05.pdf. Acesso em 12 de julho de 2019, às 14hs.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL.** Brasília –DF, 1988.

CONTI, Celso; LUIZ, Maria Cecilia. **POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: OS CONSELHOS ESCOLARES COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E FORMAÇÃO DA CIDADANIA**. São Carlos, 2007. Disponível em:tp://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\_teses/2010/Pedagogia/agestaoescolarconselho.pdf. Acesso em 16 de julho de 2019, às 10hs.

GOMES, Maria Amélia. **O CONSELHO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO ESCOLA PÚBLICA: DEDESAFIO E POSSIBILIDADES.** Volume ll.Universidade Estadual de Londrina- Londrina, 2013.

LIMA, Maria de Fátima Sousa. **O CONSELHO ESCOLAR: NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.** Artigo. 2019

RAMOS, Daniela Karine. **CONSELHO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONTRIBUIÇÕES DE UMA FORMAÇÃO PARA CIDADANIA**. – Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2014.